

Da Fazenda Modelo ao Patronato: o ensino agrícola no Espírito Santo (1909-1933)

From the Fazenda Modelo to the Patronato: agricultural education in Espirito Santo (1909-1933)

Bruno Santos Conde
Marcelo Lima
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Vitória-Brasil

Resumo

O presente artigo analisa o debate sobre o ensino agrícola na imprensa do Espírito Santo durante as primeiras décadas do século XX, identificando discursos e outros tipos de publicações relacionadas à formação para o trabalho na agricultura. Nesse sentido, examinaremos a criação de duas instituições pelo governo estadual: a Fazenda Modelo, fundada em 1909, e o Patronato Agrícola, de 1933. Além dos traços principais dessas iniciativas, os jornais locais trazem um conjunto de informações que nos permitem o estudo do objeto em tela em sua interface com problemas que ainda perduram na realidade brasileira. Assim, apesar dos discursos que lhes justificam, tais instituições assumem um papel correcional e assistencialista, operando mais no sentido da internação e do controle social do que propriamente como processo de atualização tecnológica que serviria como impulso econômico.

Palavras-chave: Ensino agrícola; Fazenda Modelo; Patronato Agrícola.

Abstract

This article analyzes the debate on agricultural education in the Espirito Santo press during the first decades of the 20th century, identifying discourses and other types of publications related to training for work in agriculture. In this sense, we will examine the creation of two institutions by the state government: Fazenda Modelo, founded in 1909, and Patronato Agrícola, from 1933. In addition to the main features of these initiatives, local newspapers bring a set of information that allow us to study of the object in its interface with problems that still persist in the Brazilian reality. Thus, despite the discourses that justify them, these institutions assume a correctional and assistentialist function, operating more in the sense of hospitalization and social control than as a process of technological updating that would serve as an economic impulse.

Keywords: Agricultural education; Fazenda Modelo; Patronato Agrícola.

1. Introdução

Durante anos temos nos dedicado a estudar a história do ensino profissional e trabalhado em prol da conservação e organização dos acervos históricos das instituições que dão lugar, no Espírito Santo, a essa forma educativa. Destacamos aqui o ensino agrícola ligado à Escola Agrotécnica de Santa Teresa, fundada em 1940 como Escola Prática de Agricultura (EPA), funcionando atualmente como *campus* do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). Na instituição, obtivemos e organizamos importante conjunto de fontes no qual se encontram vários tipos de documentos, tais como registros de aulas, organizações curriculares e estatísticas de admissão de alunos, permitindo-se a construção de vários tipos de estudos no campo da história da educação.

Dentre as muitas possibilidades, propomos aqui abordar o debate sobre o ensino agrícola presente na imprensa capixaba das primeiras décadas do século XX. Nessas fontes, há discursos e notícias em prol do estabelecimento de instituições voltadas a uma formação própria à população do campo. Existem também posicionamentos de diferentes indivíduos (advogados, agrônomos, figuras políticas etc.), além do próprio governo estadual, que se vale dos jornais para divulgar e afirmar duas de suas principais iniciativas em termos de ensino agrícola: a Fazenda Modelo (1909) e o Patronato Agrícola (1933). Assim, destacaremos os traços principais dessas instituições fundadas em meio à veiculação de determinadas concepções de ensino agrícola na imprensa local. Tais acervos constituem interessante conjunto de informações que nos permitem a realização de relevantes estudos e discussões do objeto em tela na sua interface com problemas sociais, econômicos e culturais que ainda perduram na realidade brasileira.

Observamos desde a simplificação dos problemas próprios da área rural, passando pela visão dualista da educação, até se chegar a considerações estereotipadas sobre os moradores do campo. Se contrastarmos a descrição histórica encontrada em Fonseca (1986) e Cunha (2000) sobre as instituições de características correccionais e assistencialistas com os discursos em apreciação, percebemos muitas contradições que indicam uma visão, ao mesmo tempo, alienada e descolada da realidade educativa rural. Uma hipótese razoável seria supor que esses discursos estariam para além do mundo real da educação praticada nos arsenais de marinha, nas casas dos meninos desvalidos, nas escolas de artífices, nos liceus industriais e/ou nos patronatos agrícolas, visando superá-lo, mas também poderiam servir para esconder o

caráter arcaico de um projeto educativo de internação compulsória, onde o trabalho tinha função de controle moral com pouco ou nenhum elemento de incorporação tecnológica.

2. Agricultura e instituições escolares: breves considerações

A atividade agrícola, ao longo do tempo, vem sofrendo importantes transformações que, em cada lugar e cultura, estabeleceram formas específicas de absorção do desenvolvimento científico e tecnológico. No Brasil, o projeto colonial e sua estratégia vinculada às monoculturas extensivas, características dos ciclos agrários, não podem ser compreendidas de maneira dissociada da forma concentradora da terra e das relações de trabalho vigentes. A lentidão da transição da colônia ao império e da escravidão ao trabalho livre constituem, para além dos referidos ciclos, base explicativa dos estágios de desenvolvimento das técnicas de produção agrícola.

Faz-se necessário registrar a ocorrência de esforços que visam aprimorar a atividade agrícola no período colonial, tais como a diversificação agrícola da era pombalina, além da fundação do Jardim Botânico e do Museu Nacional, para ficarmos somente na ação estatal (DIAS, 1968; DOMINGUES, 2001). Ciência e agricultura se associaram, então, a fim de produzir um conhecimento pragmático em prol das atividades econômicas (BHERING; MAIO, 2011), numa demanda intensificada a partir do século XIX, notadamente mediante processos como o fim da escravidão. Ampliavam-se as preocupações dos proprietários com questões como a mão de obra, o esgotamento das terras cultiváveis em algumas regiões do país e o discurso de crise constante da agricultura propalado pelo setor agrário, interessado em pautar o debate com as demandas do empreendimento agrícola (HENRIQUES, 2010).

Outro fator que precisa ser levado em conta é o contexto internacional de Revolução Industrial no século XIX, que foi superando, sobretudo na Inglaterra, formas domésticas de produção. Seus desdobramentos afirmaram o modo de vida urbano industrial e o conjunto de transformações tecnológicas que alteraram fortemente as estruturas produtivas noutros países. Grande parte da elite agrária enxergou, nesses avanços, a possibilidade de transpor para as lavouras brasileiras equipamentos recentemente inventados, novos tipos de fertilizantes, técnicas inovadoras etc. Tais mudanças, já implementadas noutros países, requeriam a qualificação das atividades rurais, incluindo-se nisso o ensino agrícola como meio de formar indivíduos aptos a esses avanços.

Da Fazenda Modelo ao Patronato: o ensino agrícola no Espírito Santo (1909-1933)

Atendendo a essa conjuntura, durante o século XIX, entre 1859 e 1861, o governo imperial criou o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, além de Institutos Agrícolas na Bahia, em Pernambucano, Sergipe e Rio de Janeiro (BEDIAGA, 2013). Mais tarde, já na República, foi criado o novo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1906), dando fôlego à expansão do ensino agrícola pelo país (BHERING; MAIO, 2011). Esses marcos administrativos devem ser somados ao fenômeno do “ruralismo”, que é “integrado por agências e agentes dotados de uma inserção determinada na estrutura social agrária e sustentado por canais específicos de organização, expressão e difusão de demandas, correspondentes a interesses de proprietários agrários distintos” (MENDONÇA, 2000, p. 4).

Na prática, o ruralismo se valia da inserção de diferentes indivíduos em canais que lhes possibilitavam a defesa da agricultura não somente como esteio econômico, mas também político e cultural do país. Conforme destaca Mendonça, essa é a razão pela qual encontramos, na imprensa capixaba, a difusão do discurso em defesa da vocação agrícola brasileira e da necessidade quanto à formação da mão de obra. Esses escritos versavam principalmente sobre três aspectos: a) anseio pela modernização das atividades agrícolas; b) apologia a um ensino voltado à realidade rural, sempre atrelando o destino de seus habitantes ao trabalho com a terra; e c) publicação de textos com instruções específicas, incluindo a viabilidade de novas culturas e vantagens da racionalização da produção.

Não é novidade que, durante as primeiras décadas do século XX, o Brasil vivenciou a proliferação de interpretações acerca de sua realidade. Como bem resumiu Monarcha, “[...] diferentes sujeitos, em diferentes lugares e propósitos, trazem para si o imperativo da ação transformadora.” (2019, p. 153). Isso incluía grupos como escritores, políticos, professores, advogados, médicos e outras frações da inteligência brasileira dispostas a apresentar soluções para os “grandes problemas nacionais”.

As questões rurais não passam ao largo desse fenômeno: proprietários se debatiam quanto ao assunto da mão de obra, fruto do novo cenário pós-abolição; as cidades não comportavam o fluxo gerado pelo êxodo do campo; as novidades geradas pela Revolução Industrial batiam à porta, mas pareciam esbarrar em entraves locais. Se, nessa ação transformadora apontada por Monarcha, a educação estava entre os temas preferidos, a necessidade de constituir escolas afeitas ao cenário rural estava presente nas conclusões da maioria desses escritos.

Tal panorama realça a pertinência de refletir sobre a história de instituições escolares, sobretudo aquelas fundadas com o propósito de formação para o trabalho. Ciavatta (2019), ao ressaltar que a escola gradativamente adquiriu a finalidade de preparar seu público para as exigências da produção capitalista, aponta que tais espaços assumiram também incumbências da ordem social (disciplina, submissão, deveres, pontualidade etc.). Para a população pobre da Primeira República, esse ideário se concretizou na criação de instituições que conjugavam controle social, preparo para o trabalho e disciplinamento (OLIVEIRA, 2003).

Cumprir à historiografia entender o funcionamento desses espaços, posto que as instituições escolares são, como assevera Sanfelice (2021), a síntese de diversas instâncias, sejam elas políticas, econômicas, culturais, morais etc. Isso exige considerar sujeitos, contextos e a articulação entre o particular e o universal, como preconizam Nosella e Buffa (2013, p. 82) em seus estudos: “o fundamental, portanto, em pesquisas sobre instituições escolares [...] é relacionar o particular (o singular, o dado empírico) com o geral”.

Neste trabalho, direcionaremos o olhar para duas instituições voltadas ao ensino agrícola no Espírito Santo, a Fazenda Modelo Sapucaia e o Patronato Agrícola Maruípe, fundadas respectivamente em 1909 e 1933. Antes disso, apresentaremos como os jornais locais foram canais de divulgação do movimento que direcionou a agricultura para o protagonismo do debate, examinando como os empreendimentos citados se relacionavam com esse conjunto de ideias.

3. O ensino agrícola na imprensa capixaba

Destacamos aqui escritos de Francisco Dias Martins, professor de botânica e zoologia, além de diretor da Escola Agrícola Luiz de Queiroz (ESALQ), em Piracicaba, entre 1904 e 1908. Além de ter ocupado diferentes cargos no Ministério da Agricultura, publicou obras como “ABC do Agricultor” e “Biologia Popular”, tendo assumido em 1909 a direção do Serviço de inspeção e defesa agrícola do Ministério da Agricultura (PINHEIRO, 2001).

Nesse tempo, veiculou na imprensa local textos que se enquadram na tríade citada anteriormente (modernização; ensino agrícola; textos instrutivos). Em “Ensino Agrícola no Brasil” (1909), por exemplo, defendeu a criação de fazendas modelo para experimentações. Por outro lado, também publicou instruções para o plantio de sementes (1911a), o combate à praga de gafanhotos (1911b) e o cultivo de trigo (1918). Ao analisar as principais ideias presentes nesses textos, nota-se a recorrência da concepção de educação como fator para

Da Fazenda Modelo ao Patronato: o ensino agrícola no Espírito Santo (1909-1933)

propiciar “um agricultor instruído, [...] homem de negócios, que encontra prazer delicioso na reflexão e na prática do processo cultural mais conveniente [...]” (1909, p. 02). No entanto, a contribuição mais rica do ponto de vista de compreensão das ideias de Dias Martins para o ensino foi publicada em 1917, intitulada “Necessidade da educação popular para o trabalho agrícola”, na qual ele trata como

[...] indispensável e urgente, modificar a inteligência e vontade do homem do campo, educando-o, porém, dentro do seu interesse, por meio da sugestão mais fácil e conveniente, agindo sobre ele, direta ou indiretamente, para afastá-lo, pouco a pouco, dos costumes do trabalho antigo, substituindo-os por novos, com os quais trabalhe melhor, ganhe mais e viva com mais conforto do corpo e do espírito [...] (1917, p. 01).

O setor agrícola é tratado como mola propulsora do Brasil, o que leva Dias Martins a defender que se começasse pelas escolas primárias a preparação “[...] do homem do campo para nosso trabalho máximo, a exploração do solo, feita com mais inteligência e proveito para todos nós.” (1917, p. 01). Sob o pretexto de contribuir para o bem da coletividade com o aumento da produtividade agrícola, empilham-se argumentos utilitários em defesa de uma educação própria aos habitantes do campo, a fim de prepará-los para o trabalho nas lavouras. Desse modo, ao mesmo tempo que se fecham outras possibilidades vocacionais, coloca-se sobre os ombros dessa população a culpa por práticas produtivas inadequadas, resultantes em tese de sua falta de qualificação.

Figura 1 – Francisco Dias Martins



Fonte: GALERIA... (2022) autor desconhecido

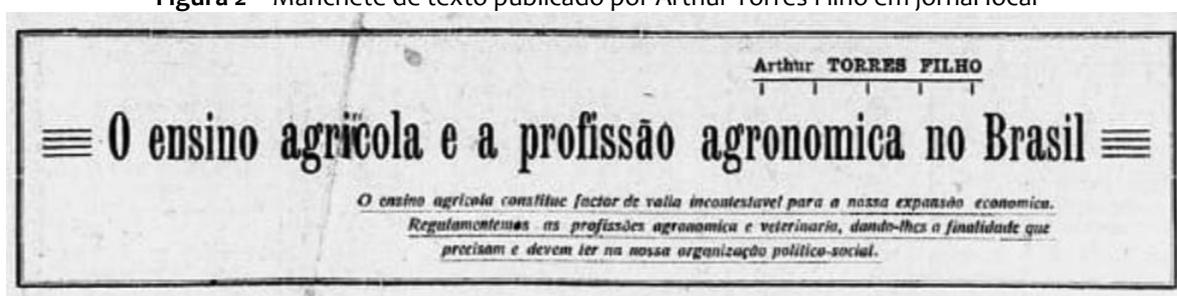
Também citamos Arthur Torres Filho, que ocupou, entre as décadas de 1920 e 1930, os postos de presidente da Sociedade Brasileira de Agronomia e da Sociedade Nacional de

Agricultura, além de ter lecionado na Escola Nacional de Agricultura. Antes disso, porém, estreitou laços com a sociedade capixaba, ao atuar na Inspetoria Agrícola Federal do Espírito Santo a partir de 1911. Com textos de caráter técnico (1911a) e outros em defesa da agronomia (1922), abordou também o ensino agrícola, afirmando que:

[...] o ensino agrícola na escola primária é de uma urgência inadiável, consistindo na aplicação direta das ciências físicas e naturais sob um cunho experimental, intuitivo, concreto. Um jardim escolar, um pequeno museu, experiências rápidas em classe que traduzam as experiências fundamentais da agricultura [...] (1911b, p. 02).

Mediante frases de efeito como “tudo se consegue com patriotismo” e “a educação agrícola é também uma educação cívica”, Torres Filho vinculava o pleno desenvolvimento do país à agricultura. Segundo ele, a maior destinação dos esforços educacionais deveria incidir sobre os jovens, “despertando na inteligência da mocidade [...] o amor pelas coisas agrícolas” (1911b, p. 02). Indo além da ministração de aulas, elogia o modelo dos Estados Unidos de escolas agrícolas, como centros de serviços agronômicos que poderiam atender demandas agrícolas regionais (1926, p. 03).

Figura 2 – Manchete de texto publicado por Arthur Torres Filho em jornal local



Fonte: Torres Filho (1926)

Tanto Dias Martins quanto Torres Filho representam o campo profissional da agronomia, e esse aspecto não pode ser desprezado. Em contrapartida, localmente o debate do ensino agrícola ultrapassava esse limite, agregando também intelectuais de outros ramos. Nos discursos e projetos políticos, por exemplo, o assunto também prospera. Vejamos o caso de Jerônimo Monteiro, governador do Espírito Santo entre 1908 e 1912. Como observa Saletto (2018), Monteiro empreendeu várias ações para reforçar a ideia de modernização de seu governo. Conseguimos compreender algumas dessas concepções sobre modernização e sua relação com a educação em O “Manifesto Político” (1908), publicado antes de sua posse.

Para Monteiro (1908, p. 01), a educação cumpriria papel decisivo na busca por uma configuração moderna. Em seu projeto educacional, entretanto, coexistiam distintos trajetos

Da Fazenda Modelo ao Patronato: o ensino agrícola no Espírito Santo (1909-1933)

de escolarização, incluindo estabelecimentos com a perspectiva de letramento e preparação para o ensino superior paralelamente a instituições que deveriam dar conta da formação para o trabalho (PINTO, 2018). É nesse contexto que se enquadra a criação da Escola de Aprendizes Artífices do Espírito Santo, em 1909, voltada à formação de mão de obra para o setor industrial. Porém, havia planos a fim de que não somente as indústrias estivessem contempladas por essa formação técnica:

Incumbe ao governo, pela fundação de escolas técnicas, que não ministrem só o ensino clássico, fazer desenvolver as qualidades práticas dos alunos, habilitando-os e preparando-os para empreender logo um trabalho produtivo no terreno industrial, mercantil e agrícola (MONTEIRO, 1908, p. 01, grifo nosso).

É necessário acrescentar que esse interesse em conferir à população rural um papel decisivo em prol do crescimento econômico do país, conveniente aos interesses ruralistas, conformava também certa concepção acerca desse público. Notamos isso, por exemplo, no texto de Carlos Duarte (1909, p. 02), capixaba que cursava agronomia em São Paulo: “não esperemos que o homem rústico reforme e reerga a nossa agricultura; não, porque esse só emprega no trabalho sua força animal.” Noutra ocasião, em registro sobre as vastidões de terras degradadas no Espírito Santo, Proença atribui o problema a “velhos processos de rotina e superstição agrícola” dos trabalhadores rurais (1920, p. 01). Mais tarde, ao defender o ensino para a população rural, Olavo Rego (1929, p. 01) aponta que “a sua ignorância leva ao insucesso da técnica”.

Como vemos, tais correntes, muitas vezes, responsabilizavam a própria população por problemas da agricultura brasileira, desconsiderando toda a estrutura agrária concentradora e desigual existente num país que, até pouco tempo antes, praticava a escravidão. Em resumo, na busca por um Espírito Santo moderno, tal qual preconizava o discurso republicano, as elites dirigentes e intelectuais das cidades tomaram para si a tarefa de pensar o modo como a educação deveria se organizar. Nesse sentido, aos lavradores e seus filhos deveria ser ofertado um ensino agrícola prático, de rápido retorno em termos de trabalho. Para tanto, conteúdos chamados de “clássicos” deveriam ser minimizados, configurando uma escola diferente daquela existente no meio urbano ou da preparatória para o ensino superior.

Embora os presentes discursos proponham uma ação educativa cheia de “boas” intenções, devemos nos atentar para a perspectiva messiânica, que concebe a escola como salvadora do país e da economia agrícola. Também chama atenção a natureza dualista das

propostas educacionais que quase sempre concebem um ensino prático voltado para o trabalho precoce dos setores mais empobrecidos da sociedade. As formulações desses intelectuais não pensam uma escola básica propedêutica e técnica comum a todos, capaz de levar aos níveis mais elevados da ciência e da tecnologia. Assim como destaca Cunha (2000), as propostas de ensino profissional no início do século XX, seja no ramo militar, industrial ou mesmo agrícola, operavam com uma concepção correcional e assistencialista, para a qual os educandos eram compulsoriamente internados numa tenra idade com baixa escolaridade no esquema primário-profissional. Na prática, as instituições criadas no período nem propiciavam aos internos, durante os cursos, uma aprendizagem do trabalho complexo, nem, no final, levavam-nos aos níveis mais avançados de conhecimento científico.

A partir de agora, apresentaremos, em linhas gerais, duas instituições criadas com o propósito de ofertar ensino agrícola no Espírito Santo durante as primeiras décadas do século XX: a Fazenda Modelo Sapucaia e o Patronato Agrícola de Maruípe. Considerando que são iniciativas ainda não tomadas como objeto pela historiografia, valemo-nos principalmente de documentos legais (decretos, leis e outros atos do governo) e de publicações da imprensa para cumprir a referida tarefa.

4. A Fazenda Modelo e o Patronato Agrícola no Espírito Santo

A Fazenda Modelo Sapucaia foi inaugurada em 1909, na esteira dos projetos “modernizantes” do governador Jerônimo Monteiro. Localizada em Cariacica, nas imediações da capital, tinha por finalidade “o ensino prático da agricultura moderna.” A fazenda deveria se ocupar do ensino agrícola, além de funcionar como ponto de auxílio aos fazendeiros, seja por meio de demonstrações, assistência técnica ou do fornecimento de equipamentos (ESPÍRITO SANTO, 1908).

Estava entre os planos receber trabalhadores enviados por proprietários rurais. Mais do que isso, também ministraria instrução prática aos interessados em se habilitar para a profissão de mestre de culturas. Eles deveriam ter mais de 18 anos de idade, além de uma conduta considerada ilibada, podendo receber alimentação, transporte e residência em caso de reconhecida pobreza (ESPÍRITO SANTO, 1909).

O exame do noticiário local demonstra que, como unidade produtiva, a fazenda Sapucaia funcionava desde a inauguração de modo pomposo (VANTAGENS, 1910). Entretanto, sua atuação como instituição de instrução não caminhou na mesma velocidade e

precisou adaptar seu funcionamento. Um ano depois de sua fundação, ainda não havia sido escolhido, no interior da propriedade, o local para construção do prédio de aulas, que seriam “[...] compartimentos apropriados para receber até trinta aprendizes, que se queiram dedicar à interessante carreira da agricultura” (MONTEIRO, 1910, p. 2).

Figura 3 – Instalações da fazenda Modelo Sapucaia



Fonte: FAZENDA... (1910) autor desconhecido

Datada de 1910, a imagem acima mostra os locais de cultivo e criação da Fazenda Modelo, além de algumas edificações ao fundo, o que sugere a conclusão da construção do espaço destinado às aulas. Localmente, as publicações intercalam o discurso de modernidade e inovação da propriedade, ênfase dada principalmente pelos agentes do governo, ao fim assistencial. De qualquer modo, um despacho de 1910 indica que, ao menos, cinco órfãos viviam no local (ESPÍRITO SANTO, 1910). Mais do que isso, o noticiário dava conta de que o lugar servia como morada para meninos pobres órfãos e desvalidos (INFORMES..., 1910).

Temos outros indícios retirados de notícias, como no caso da visita de Antonio Athayde para assistir “a aula diurna dos órfãos” em 1911 (FAZENDA..., 1911, p. 2). Já Alcindo Guanabara (1910, p. 2) relatou durante visita ao Espírito Santo que, na fazenda Sapucaia, “se recolhem os rapazinhos desvalidos da cidade, que aprendem assim o amanho [cultivo] da terra [...]”. Num balanço de sua gestão, Monteiro (1912, p. 08) aponta:

Junto à fazenda foi também fundado um Aprendizado Agrícola, que não cheguei a organizar, como desejava, mas já presta mesmo assim bons serviços. Nele são admitidos meninos pobres, que se instruem e se preparam, gratuitamente, para a nobre e interessante carreira da agricultura.

Ao indicar que não organizou o Aprendizado Agrícola conforme pretendido, Monteiro pode estar se referindo a aspectos da estrutura material do local. Por outro lado, é possível também que esteja se lamentando pelo caráter adquirido por parte da instituição em relação aos planos iniciais. Longe de ser um fim menos nobre, o acolhimento de crianças órfãs atendeu a uma demanda social importante, sobretudo das cidades. De todo modo, o anseio modernizador do campo, além do plano de preparar os moradores das regiões interioranas para produzir uma nova agricultura, pensados por Monteiro e pela intelectualidade local, não encontraram condições de se concretizar com a Fazenda Modelo Sapucaia.

Outra instituição destinada ao ensino agrícola deu seus primeiros passos em 1931, sob a gestão do interventor Punaro Bley. Embora o início de suas atividades extrapole o período conhecido como Primeira República (1889-1930), julgamos que sua concepção e implementação não podem ser dissociadas do conjunto de ideias precedentes, sob o risco de sacrificar vicissitudes do processo histórico local em nome de marcos temporais de nível macro. Inicialmente denominado Instituto Agrícola de Maruípe, localizava-se em Vitória e consistia num horto florestal e centro de seleção e culturas agrícolas, aberto com a perspectiva de ofertar ensino superior agrônômico, novidade em terras capixabas até então (ESPÍRITO SANTO, 1932; ESCOLA..., 1933).

Acontece que, na prática, ocorreu processo semelhante ao vivenciado na Fazenda Modelo. A promessa de propiciar um centro de experimentação e difusão de conhecimento agrícola foi rapidamente deixando de figurar nas publicações oficiais e notícias da instituição e, em 1933, constituiu-se no local um centro para receber menores órfãos com mais de 15 anos. Em vez de “Instituto”, a nomenclatura mais recorrente passou a ser “Patronato Agrícola de Maruípe”. Antes disso, o Decreto federal 12.893/2018 já havia definido os Patronatos como instituições destinadas a oferecer ensino profissional, ministrando noções de práticas de agricultura, zootecnia e veterinária a menores desvalidos. Entre as justificativas, estava o desenvolvimento da agricultura brasileira:

Considerando, mais, que é dever do Governo contribuir para aumentar a população rural e formar o verdadeiro agricultor brasileiro, aproveitando e treinando como fator de riqueza o elemento nacional; Considerando, finalmente, ser ao mesmo tempo obra de previsão social e econômica empregar na formação do grêmio rural, donde há de promanar o engrandecimento real futuro do país, os menores abandonados ou sem meios de subsistência por falta de ocupação legítima (BRASIL, 1918).

Da Fazenda Modelo ao Patronato: o ensino agrícola no Espírito Santo (1909-1933)

Embora as informações sobre o funcionamento do Patronato de Maruípe não sejam fartas, sabe-se que, em 1936, foi construído um novo pavilhão para ampliar sua capacidade, passando de 16 para 48 o quantitativo de menores internados. O ensino consistia no curso primário acrescido de instruções agrícolas básicas de caráter prático (PATRONATO..., 1936; INSTITUTO..., 1933; UMA OBRA..., 1936). O relatório do poder judiciário de 1937 reconhece o papel da iniciativa, mas aponta críticas ao Patronato. Entre elas, podemos citar: a qualidade ruim do ensino agrícola ofertado; o compartilhamento do mesmo alojamento por indivíduos de diferentes idades; a inobservância do aspecto vocacional, limitando-se a possibilidade dos internos de seguirem outras carreiras; além das fugas constantes (BOLETIM..., 1937).

Faltam informações sobre a organização pedagógica da Fazenda Modelo e do Patronato, se é que estava bem definida. Analisando o caso de São Paulo, Silva e Marques (2014) apontam que esse era um problema geral. Ausentava-se um sistema de ensino agrícola baseado em uma filosofia político-pedagógica direcionada especificamente para esse campo. No caso capixaba, as instituições em tela foram inauguradas sem estrutura física para funcionar como escolas e tampouco tinham profissionais para tal. As aulas, resumidas a demonstrações e atividades práticas, eram ministradas por técnicos agrícolas (ESPÍRITO SANTO, 1909; INSTITUTO..., 1936).

Em comum entre as duas instituições também estava o fato de a gestão estar sob a alçada da Diretoria de agricultura, terras e obras, e não da pasta de educação como poderia supor-se. A bem da verdade, havia a interpretação de que essas instituições deveriam se diferenciar de escolas regulares, constituindo estabelecimentos voltados para as peculiaridades da vida no campo, como vimos naquelas discussões apresentadas no início deste trabalho. A ideia era montar escolas especiais, que se afastassem do “ensino clássico” e preparassem os jovens para atuação no setor “onde está travada a luta pela expansão econômica” (MONTEIRO, 1908, p. 2).

Ainda que pareça louvável num primeiro momento, tal concepção estabelece como única alternativa para determinadas camadas da população a formação prática voltada ao trabalho agrícola. Essa idealização do trabalho no campo, conveniente às elites agrárias e legitimada pela intelectualidade urbana da época, somente faria sentido se acompanhada de transformações nas condições de trabalho, remuneração etc. Para Mendonça (2005, p. 06), os preceitos de então parecem subestimar “[...] que a presença do Estado junto a esse

contingente de mão de obra só seria viável a partir de ajustes entre os grupos no poder e jamais através daqueles que viriam a ser seus objetos”.

Interessa notar a semelhança das trajetórias da Fazenda Modelo e do Patronato Agrícola. Pensadas inicialmente como centros de excelência em busca de uma agricultura moderna, transmutaram-se em espaços de assistência a menores. Nota-se também o fato de ambas se localizarem na capital e suas proximidades, distantes, portanto, dos principais veios produtivos agropecuários. Isso nos faz pensar em que medida as duas instituições se prestaram à qualificação da mão de obra para o campo. Mais do que isso, seria válido examinar em quais condições poderia se efetivar essa migração para tais regiões, sobretudo por se tratar de jovens oriundos em grande parte de Vitória e arredores.

Além disso, não seria surpresa se esse público fosse utilizado na lida diária, sob o pretexto de estar sendo treinado. Foi isso que aconteceu em várias partes do Brasil, isto é, essas instituições serviram como viveiros de mão de obra para fazendeiros recrutarem trabalhadores (MENDONÇA, 1999). Para as elites dirigentes, a estadia desses órfãos na fazenda permitia-lhes gerar a própria subsistência com seu trabalho. Ademais, retirava-os do meio urbano, das ruas, auxiliando no processo de reordenamento de Vitória em busca de uma imagem moderna para a capital, algo buscado em todo o país naquele momento.

Embora se dedique ao século XIX, a obra de Adriana Maria P. da Silva (2000), ao tratar da educação de meninos pretos e pardos na Corte, traz algumas constatações pertinentes a este trabalho, sobretudo no que tange à oferta de um tipo de instrução pragmática a essas crianças. Além de uma formação básica que possibilitasse ler, escrever e contar, ensinavam-se ofícios como jardineiro, cozinheiro ou cocheiro, que lhe preparavam para o trabalho, mantendo-os num determinado lugar social. A escolarização surge, portanto, como espaço para instrumentalizar sujeitos já diferenciados na desigual sociedade brasileira.

Em que pese aqueles discursos em defesa do ensino agrícola e a preocupação com o destino da agricultura brasileira, sobretudo no que se refere à mão de obra e às inovações técnicas, o Patronato e a Fazenda Modelo serviram primordialmente à assistência de menores órfãos ou sem meios de subsistência. Com um público majoritariamente urbano, a oferta de ensino agrícola foi, antes de tudo, uma conveniência. Num tempo em que muitos queriam deixar o ambiente rural em busca de uma vida melhor nas cidades, o Estado almejava preparar indivíduos para fazer o caminho inverso. Nesse sentido, o contingente de desvalidos

Da Fazenda Modelo ao Patronato: o ensino agrícola no Espírito Santo (1909-1933)

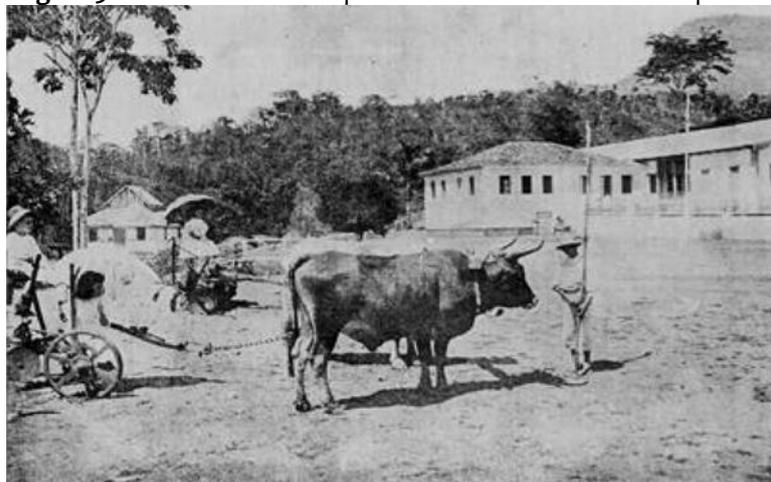
existentes no meio urbano representava esse público. Embora não haja grande quantidade de imagens das instituições em análise, apresentamos abaixo dois registros que nos fornecem indícios sobre o perfil desses locais.

Figura 4 – Inauguração do Pavilhão Mello Mattos do Patronato Agrícola de Maruípe em 1936



Fonte: CHEGADA... (1936) autor desconhecido

Figura 5 – Trabalho de arado por bois na Fazenda Modelo Sapucaia



Fonte: FOTOS... (1912) autor desconhecido

Na inauguração da expansão do Patronato, notamos a presença de várias autoridades e de alunos uniformizados. Já na imagem da Fazenda Modelo, que registra a atividade de aração da terra, gostaríamos de chamar a atenção para a criança no centro da fotografia. Há uma diferença etária entre os públicos das duas instituições que os registros confirmam, mas é a questão racial que salta aos olhos. Se na fotografia da Fazenda Modelo, a presença da criança negra é um indício da composição étnica de seu público, no caso do Patronato, todos

os alunos são negros, havendo um evidente contraste com as autoridades ali presentes. A escravidão, abolida em 1888, deixou indeléveis marcas na realidade local, de modo que o público-alvo de uma instituição inaugurada na década de 1930 com o fim de assistência a menores órfãos possivelmente era constituído, em sua maioria, por negros.

5. Considerações finais

Conforme buscamos demonstrar nestas páginas, aquela defesa do ensino agrícola como uma das soluções para os problemas da sociedade brasileira não encontrou ressonância no funcionamento da Fazenda Modelo e do Patronato Agrícola. Nesse sentido, apesar dos discursos embasados em preceitos das ciências agrárias e na justificativa de atualização tecnológica produtiva, as características correcional e assistencialista dessas instituições ficaram realçadas, operando primordialmente no controle social sobre os educandos.

Derivadas de uma perspectiva que concebe a escola como salvadora do país e da economia agrícola, essas instituições reforçam a natureza dualista das propostas educacionais que quase sempre destinam para setores mais empobrecidos da sociedade um ensino prático voltado ao trabalho precoce. Na prática, tratava-se de uma instrução de qualidade ruim ministrada em espaços com condições precárias, instrumentalizando-se sujeitos já diferenciados pela desigual sociedade brasileira.

Num país atravessado pela herança da escravidão em todas as instâncias e marcado pela grande desigualdade social, o mero debate e circulação de ideias, por mais vanguardistas que sejam, não são suficientes para a transformação da sociedade, até mesmo devido ao descompasso que torna esses pensamentos verdadeiras “ideias fora do lugar” (SCHWARZ, 2014). Assim, não basta defender o ensino agrícola e deixar de considerar, por exemplo, os conflitos do meio rural, que inclui aspectos como a má distribuição fundiária, as baixas remunerações, as relações trabalhistas desassistidas, a precariedade dos serviços públicos, as dificuldades de transporte e comunicação etc. Por outro lado, o Estado, apesar de ter julgado o pleito ruralista pertinente, viu na Fazenda Modelo e no Patronato a oportunidade de atender a demandas assistencialistas de então.

Referências

BEDIAGA, B. Revista Agrícola (1869-1891): sensibilizar o lavrador e plantar ciências agrícolas. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 29, n. 49, p. 169-195, abril de 2013. Disponível em:

Da Fazenda Modelo ao Patronato: o ensino agrícola no Espírito Santo (1909-1933)

<<https://www.scielo.br/j/vh/a/CTPyTGkz9Lt568dxM6T53 LP/?lang=pt>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

BHERING, M.; MAIO, M. C. Ciência, positivismo e agricultura: uma análise do Ministério da Agricultura, indústria e comércio na Primeira República. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 27, n. 46, p. 689-709, dezembro de 2011. p. 696-697. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/vh/a/GhMHkZzhd9jdRSqPbhpTNDH/?lang=pt>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BOLETIM Judiciário. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 30, n. 3459, p. 3, 23 abr. 1937.

BRASIL. **Decreto nº 12893, de 28 de fevereiro de 1918**. Rio de Janeiro, 1918. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-12893-28-fevereiro-1918-507076-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 15 out. 2022.

CHEGADA do Governador Punaro Bley ao Patronato Agrícola de Maruhype, para **inauguração do Pavilhão Mello Mattos** em 1936. Disponível em: <<http://atom.beta.es.gov.br/index.php/chegada-do-governador-punaro-bley-ao-patronato-agricola-de-maruhype-para-inauguracao-do-pavilhao-mello-mattos>>. Acesso em: 09 abr. 2022.

ClAVATTA, M. Trabalho-educação - a História em processo. In: ClAVATTA, M. et al. **A historiografia em trabalho educação: como se escreve a História da educação profissional**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019. p. 13-29.

CUNHA, L. A. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: UNESP/FLACSO, 2000.

DIAS, M. O. S. Aspectos da Ilustração no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 278, p. 105-170, jan.-mar. 1968. Disponível em: <https://www.academia.edu/43872377/Aspectos_da_Ilustra%C3%A7%C3%A3o_no_Brasil>. Acesso em: 09 jan. 2021.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. A sociedade Auxiliadora da indústria Nacional e as Ciências Naturais no Brasil Império. In: DANTEs, Maria Amélia M. (Org.) **Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

DUARTE, C. Escola agrônômica de Piracicaba. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 3, n. 84, p. 2, 23 abr. 1909.

ESCOLA de agronomia do Espírito Santo. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 27, n. 2573, p. 2, 30 nov. 1933.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 375, de 19 de junho de 1909**. Vitória, 1909. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em 18 abr. 2021.

_____. **Lei nº 547, de 23 de novembro de 1908**. Vitória, 1908. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em 26 nov. 2021.

_____. Orçamento da receita e despesa do Estado para 1932. Vitória, 1932. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 26, n. 2801, p. 1, 03 jan. 1932.

_____. Presidência do Estado. Atos Oficiais. Despachos de 23 de maio de 1910. Vitória, 1910. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 4, n. 135, p. 2, 23 mai. 1910.

FAZENDA Modelo Sapucaia. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 6, n. 134, p. 02, 19 mai. 1911.

FAZENDA **Modelo de Sapucaia** em 1910. Disponível em: <http://atom.beta.es.gov.br/index.php/fazenda-modelo-de-sapucaia-vendo-se-varias-maquinas-de-trabalho;isad?sf_culture=es>. Acesso em 11 fev. 2022.

FONSECA, C. S. da. **História do ensino industrial**. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986. 5v

FOTOS da Fazenda Modelo. **Fazenda Sapucaia**. No tempo de Jeronymo Monteiro. Disponível em: <<http://vitrinecapixaba.blogspot.com/2017/10/fazenda-modelo-fazenda-sapucaia-no.html>>. Acesso em: 28 out. 2022.

GALERIA de **diretores da ESALQ-USP**. Disponível em: <<https://www.esalq.usp.br/institucional/galeria-de-diretores>>. Acesso em 29 out. 2022.

GUANABARA, A. O novo estado do Espírito Santo. Notas de viagem. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 6, n. 252, p. 2, 17 set. 1911.

HENRIQUES, A. B. **A cultura rotineira e a lavoura racional**: proposições na revista agrícola (São Paulo, 1895-1907). 2010. 283f. Dissertação. (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP, Assis, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93367>>. Acesso em 04 fev. 2021.

INFORMES e notícias. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 4, n. 132, p. 02, 20 mai. 1910.

INSTITUTO Agrícola de Maruípe. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 26, n. 3108, p. 1, 07 jan. 1933.

INSTITUTO Agrícola de Maruype. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 29, n. 3235, p. 14, 16 jul. 1936.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MARTINS, F. D. Ensino Agrícola no Brasil. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 3, n. 281, 11 nov. 1909. Agricultura, p. 2.

_____. Informações práticas sobre a cultura do trigo. **Cachoeirano**, Cachoeiro de Itapemirim, ano 42, n. 32, p. 1-2, 04 ago. 1918.

_____. Instruções populares. O que se deve fazer antes de plantar sementes. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 6, n. 158, 13 jun. 1911a. Agricultura, p. 3.

Da Fazenda Modelo ao Patronato: o ensino agrícola no Espírito Santo (1909-1933)

_____. Necessidade da educação popular para o trabalho agrícola. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 13, n. 14, p. 1, 1917.

_____. Praga dos gafanhotos. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 6, n. 179, 04 jul. 1911b. Agricultura, p. 2.

MENDONÇA, S. R. **Agronomia e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1999.

_____. Estado e ensino rural no Brasil: uma discussão historiográfica. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA ANPUH, 23., 2005, Londrina. **Anais...** Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anaisimposios/pdf/20191/1548206573_4ce5e00d4001ce56e19309bb0225ab84.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2021.

_____. **O ruralismo brasileiro (1888 - 1931)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil: o caso da Sociedade Nacional de Agricultura. **Mundo agrário**. La Plata, v. 1, n. 1, dez. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S15155994200000200002&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 15 ago. 2022.

MONARCHA, C. **A instrução pública nas vozes dos portadores de futuros** (Brasil – séculos XIX e XX). Uberlândia: EDUFU, 2019.

MONTEIRO, J. Manifesto Político. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 1, n. 122, p. 1, 17 jan. 1908.

_____. Mensagem dirigida pelo Exmo. Sr. Dr. Jeronymo de Souza Monteiro, presidente do estado, ao congresso do E. Santo na 1ª sessão da 7ª legislatura. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 5, n. 256, p. 1-4, 24 set. 1910.

_____. Relatório apresentado pelo Dr. Jeronymo de Souza Monteiro ao congresso legislativo em 23 de maio de 1912. **Diário da Manhã**, Vitória, n. 166, p. 3-10, 20 jun. 1912.

NOSELLA, P.; BUFFA, E. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. Campinas: Alínea, 2013.

OLIVEIRA, M. R. **Formar cidadãos úteis: os patronatos agrícolas e a infância pobre na Primeira República**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

PATRONATO de menores. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 29, n. 3136, p. 1, 13 mar. 1936.

PINHEIRO, A. C. F. A era das cadeiras isoladas: o ensino primário e os conteúdos voltados para as atividades agro-pastoris na Paraíba. **Histedbr on-line**, Abril/2001, n. 2 (2001). Disponível em: <<https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/revista/revis/reviso2/reanto.html>>. Acesso em 08 set. 2022.

PINTO, A. H. A formação de trabalhadores no Espírito Santo no contexto republicano (1910-1942). In: SIMÕES, R. H. S. et al. **Temas da história e historiografia da educação no Espírito Santo**. Campos dos Goytacazes: Brasil Multicultural, 2018.

PROENÇA, L. O ensino agrícola. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 14, n. 218, p. 1, 05 mai. 1920.

REGO, O. O ensino agrícola nas escolas rurais. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 22, n. 2024, p. 1, 01 mai. 1929.

SALETTTO, N. **Sobre política capixaba na primeira República**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2018.

SANFELICE, J. L. História das instituições escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura et al. **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, 2021. p. 75-93.

SCHWARZ, R. **As ideias fora do lugar**. Ensaios selecionados. São Paulo: Penguin & Cia das Letras, 2014.

SILVA, A. M. P. **Aprender com perfeição e sem coação**. Uma escola para meninos pretos e pardos na Corte. Brasília: Plano, 2000.

SILVA, M. L.; MARQUES, W. A trajetória política e histórico-normativa do ensino técnico da área de agropecuária no Estado de São Paulo: a história política de transição por decretos de 1882 a 2001. **Política e Gestão Educacional**, n. 16, p. 81-104, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9362>>. Acesso em 10 abr. 2021.

TORRES FILHO, A. A nossa agricultura. **Cachoeirano**, Cachoeiro de Itapemirim, ano 46, n. 14, p. 2, 02 fev. 1922.

_____. Moléstias Vegetais. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 6, n. 173, 28 jun. 1911a. Agricultura, p. 2.

_____. O ensino agrícola e a profissão agrônômica no Brasil. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 20, n. 200, p. 03, 15 abr. 1926.

_____. O ensino agrícola primário. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 6, n. 206, 31 jul. 1911b. Agricultura, p. 2.

UMA OBRA meritória. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 29, n. 3260, p. 1, 6, 15 ago. 1936.

VANTAGENS do arado. **Diário da Manhã**, Vitória, ano 4, n. 33, p. 01, 04 fev. 1910.

Sobre os autores

Bruno Santos Conde

Docente do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), *campus* Vitória. Licenciado e mestre em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Integrante do Núcleo de Memória do IFES, *campus* Santa Teresa. E-mail: bruno.conde@ifes.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3805-6216>.

Marcelo Lima

Pedagogo e Mestre em Educação pela UFES, Doutor e pós-doutor pela UFF. Professor Associado II do DEPS-UFES, Membro do PPG-UFES e GETAE (LAGEBES). Representa o Centro de Educação no conselho de ensino e pesquisa da UFES e Coordena o GT 09 "Trabalho e Educação" da anped. Atua nos grupos Neddade (UFF), THESE (UFF-Fiocruz-UERJ) "EM pesquisa" (UNICAMPI-UFPR). Autor do livro "Trabalho e Educação no Brasil: da formação para o mercado ao mercado da formação". E-mail: marcelo.lima@ufes.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7448-8366>

Recebido em: 02/11/2022

Aceito para publicação em: 08/02/2023